

Josemaria Escrivá e Thomas More

Artigo de Francesco Cossiga
publicado em “Il Tempo” por
ocasião da canonização de São
Josemaria

22/06/2018

Tive ocasião de me encontrar com São Josemaria Escrivá apenas uma vez, enquanto que mantive uma amizade profunda e pessoal com D. Álvaro del Portillo, seu sucessor, que, meio a sério, meio brincando, me dizia muitas vezes entender eu plenamente a essência espiritual de

Josemaria Escrivá, e a do Opus Dei que ele fundara.

Nas iniciativas apostólicas do Opus Dei que tive ocasião de conhecer, admirei especialmente o trabalho que nelas se desenvolve, e, sobretudo um modelo de ensino que não tenho hesitação em chamar de alto nível, e que o Estado deveria ter na devida conta, na atual crise do sistema de ensino italiano. Não hesito tão pouco em comparar esse sistema ao que o grande intelectual e santo, John Henry Newman, no seu excelente opúsculo *The idea of a University* em que, entre outras coisas, sustenta e demonstra que o fim específico da Universidade não deve ser confessional, mas sim o de transmitir cultura no sentido mais abrangente do termo, com a certeza de que uma missão natural como a de promover cultura é o terreno mais fecundo para todo e qualquer projeto de caráter religioso e moral.

O exemplo que o Opus Dei apresenta com este tipo de iniciativas no âmbito do ensino, que, depois, se estende a muitos outros aspectos do atuar humano, ajuda a configurar o verdadeiro papel dos leigos católicos. Nos dias de hoje parece claro e entendido por todos que os leigos da Igreja não são cristãos de segunda categoria e que a vocação laical não é entendida como não ter vocação religiosa, mas sim uma vocação específica na Igreja. Mas o que é ser leigo? O leigo era definido como sendo o que não é ordenado; não é subdiácono, não é diácono, nem padre, nem bispo; e também não é um religioso. Durante muito tempo, até ao Vaticano II, o leigo foi considerado membro da Igreja “por subtração”: o leigo era aquele que não era outra coisa.

Para rebater estas convicções tão arraigadas, basta voltar a Newman: ele havia escrito um opúsculo

intitulado *Se é lícito e oportuno consultar os leigos em matéria de fé*; pois bem um monsenhor da Cúria, um certo Talbot, não hesitou em denunciar o autor à autoridade eclesiástica pelo conteúdo do livro e o dito monsenhor afirmou que a função dos leigos na Igreja se limitava a jogar às cartas, procriar e ir à caça!

A pessoa que antes do Concílio teve a intuição da autonomia do papel dos leigos na Igreja e do fato de que ser leigo é uma vocação específica eclesial foi Josemaria Escrivá. O Opus Dei é na sua essência uma instituição laical, de tal modo que o fundador procurou e encontrou os primeiros membros entre leigos empenhados em profissões liberais e não andou em busca de padres. Ao procurar um enquadramento jurídico, no início teve de acomodar-se a uma fórmula jurídica inadequada para exprimir a vocação dos membros do Opus Dei;

de fato, quando Josemaria Escrivá, por volta do ano de 1946, foi ter com o então Substituto da Secretaria de Estado, Mons. Tardini, que veio depois a ser cardeal, a fim de lhe expor as suas ideias, este lhe fez ver que essas suas ideias eram demasiado prematuras para os tempos que a Igreja estava a viver: “Talvez daqui a cinquenta anos...”, disse-lhe. Mas Escrivá começou a trabalhar para obter a solução jurídica definitiva, que é hoje a da Prelazia pessoal, já prevista nos documentos do Vaticano II.

Aqui está, pois, a intuição. O leigo tem uma vocação específica. Para o dizer com palavras minhas, o leigo é o sacerdote do tempo, é o sacerdote da história, é o sacerdote da comunidade temporal. A vocação específica do leigo é a do sacerdócio das coisas do tempo. ... na investigação, na técnica e também, acrescento eu, na política, que é a

expressão temporal da justiça e da caridade. Ou consideramos a política uma projeção da caridade no tempo, isto é, de um elevado serviço aos outros ou a política não pode considerar-se de modo nenhum uma vocação para o cristão.

A certeza de Escrivá, ao considerar o leigo dotado de uma verdadeira missão na Igreja, ajuda a compreender como ele encarava sempre Thomas More como aquela personagem ideal, muito próxima dele. Thomas More foi, por assim dizer, o primeiro que teve vocação de leigo, não sem os seus escolhos. Era filho de um grande advogado que tinha tido quatro mulheres. Thomas foi enviado primeiro para a corte do Cardeal Arcebispo de Cantuária, depois foi estudar em Saint Mary School. A seguir, tornou-se advogado e casou-se: considerava o matrimônio não como um estado inferior relativamente ao dos

religiosos ou ao dos sacerdotes, mas como uma vocação específica. Foi um grande advogado, mayor de Londres, um grande diplomata, membro e *speaker* da Câmara dos Comuns e depois Lord Chanceler de Inglaterra, o cargo mais elevado na época.

Foi um marido excelente, pai e, sobretudo um amigo; a definição que deram dele, a de nascido para a amizade, *born for friendship*, e de homem para a eternidade, que em Inglaterra significa um homem que sabia viver como cristão em todas as circunstâncias do seu tempo.

Defendeu as prerrogativas da coroa contra o Papa mas, quando chegou o momento de permanecer fiel à sua consciência, ele, que não tinha o culto da consciência, não hesitou em desobedecer ao Rei porque ao Rei não lhe assistia o direito de impor aos cidadãos uma verdade religiosa. Foi leigo e talvez o primeiro santo

leigo, de tal modo – a hipótese é minha – que, se tivesse vivido nos nossos dias, poderia talvez ter pertencido ao Opus Dei.

É o primeiro Santo com vocação exclusivamente laical. E porque me dei conta que a única categoria profissional que não tinha santo patrono era a dos governantes e políticos, e só Deus sabe quanto os governantes e políticos necessitam de um patrono, em 1984, iniciei, estimulado e ajudado pelo Prelado do Opus Dei, a recolha de assinaturas para que fosse nomeado Thomas More. Conseguí assinaturas de pessoas da direita, do centro e da esquerda, em Itália e no estrangeiro; foram milhares até conseguir o objetivo durante o Jubileu dos políticos.

Thomas More foi uma figura extraordinária, e comprehende-se porque agradava tanto a São

Josemaria Escrivá: devia ver nele o prenúncio da vocação laical porque Thomas More viveu plenamente a condição de leigo como advogado, como diplomata, como político, como marido e como pai, até às últimas consequências. E sem saber que iria ser mártir. Compreende-se como o pensamento de Escrivá e a vida de Thomas More se conciliam, e como se deu uma conjunção entre a espiritualidade do fundador do Opus Dei e a espiritualidade “vivida” de Thomas More.

Suplemento de *Il Tempo*, Roma,
6 Outubro de 2002

pdf | Documento gerado
automaticamente de [https://
opusdei.org/pt-br/article/josemaria-
escriva-e-tomas-moro/](https://opusdei.org/pt-br/article/josemaria-escriva-e-tomas-moro/) (11/01/2026)